


Foco breve na Europa

**UE NO CONTEXTO DA
PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA:
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA
DO CONSELHO E CENÁRIOS
FUTUROS DA EUROPA**



PENSAR DIALOGAR DISSEMINAR INFLUENCIAR

#2 *Think tank* da América do Sul e Central

*University of Pennsylvania's Think Tanks
and Civil Societies Program 2020 Global
Go To Think Tank Index Report*

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há mais de vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira.

www.cebri.org

Foco breve na Europa

UE NO CONTEXTO DA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA: PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO E CENÁRIOS FUTUROS DA EUROPA

Ana Paula Tostes
Yasmin Renni

FICHA TÉCNICA

AUTORAS

Ana Paula Tostes

Senior Fellow do CEBRI, Núcleo Europa. Doutora em Ciência Política (IUPERJ, atual IESP). Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Pesquisadora Prociência da FAPERJ.

Yasmin Renní

Pesquisadora Associada do Núcleo Europa do CEBRI. Doutoranda em Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa), mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ) e especialista em Negócios Internacionais.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Julia Dias Leite

Diretora-Presidente do CEBRI

Luciana Gama Muniz

Diretora de Projetos do CEBRI

Eduardo Freitas Alvim

Gerente de Projetos do CEBRI

DIAGRAMAÇÃO

Presto Design

As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de suas autoras.

Todos os direitos reservados:
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea
Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044
Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br
www.cebri.org

NÚCLEO EUROPA

O Núcleo visa aprofundar o diálogo e a formulação de propostas para a relação entre Brasil e Europa e os possíveis caminhos para uma parceria mais densa e profícua. São objetivos do Núcleo Europa acompanhar o Acordo Mercosul-UE, os avanços da transição para a Europa digital, o European Green Deal, além das relações entre UE-Reino Unido pós-Brexit, relações entre Brasil e parceiros-chave europeus, dentre outros temas que envolvem a região da Europa em geral e aspectos específicos da União Europeia.



CONSELHEIRO

Ronaldo Veirano

Sócio Fundador do escritório de advocacia Veirano Advogados; Coordenador do Comitê de Governança e Nomeação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e membro do Conselho Consultivo do Brazil Institute no Woodrow Wilson Center em Washington, D.C.



SENIOR FELLOW

Ana Paula Tostes

Doutora em Ciência Política, Professora Associada do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisadora Prociência da FAPERJ.



DIRETORA-PRESIDENTE

Julia Dias Leite

Diretora-Presidente do CEBRI. Atua há 20 anos na área de Relações Internacionais. Ocupou cargos de direção nas principais instituições independentes do setor no Brasil e desenvolveu relacionamento com representantes da iniciativa privada, governos e entidades oficiais nacionais e no exterior, em especial da América do Sul, Estados Unidos e Ásia. Dentre elas, foi Secretária Executiva do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC). Formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes e com MBA em Gestão de Negócios pela FGV, colaborou na área de pesquisas com o Council of the Americas, em Nova York. É *Fellow* do Inter-American Dialogue e, em 2017, foi a representante brasileira no International Visitor Leadership Program, do Departamento de Estado americano. É Presidente do Conselho de Administração da Piemonte Holding.

Convidados do Núcleo Europa em 2020 mencionados no documento

Rui Vinhas

Embaixador desde 2019, atualmente é Diretor-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo atuado ativamente na preparação da Presidência do Conselho da UE, assumida por Portugal desde 1º de janeiro de 2021. Ingressou na carreira diplomática em 1992, tendo desempenhado cargos em instituições de caráter multilateral (ONU e OTAN). Integrou a Missão permanente junto à ONU, em Nova Iorque (1997-2000). Em Lisboa, foi Adjunto do Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (2000-2002) e Assessor Diplomático do Presidente da República (2003-2005). Trabalhou na Embaixada de Portugal em Madri (2005-2011), foi Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (2011-2015) e Coordenador Nacional para a Aliança das Civilizações (2012 e 2015). E, dentre outras funções, foi representante permanente junto ao Comitê da União Europeia em Bruxelas (2015 -2017).

José Manuel Durão Barroso

Ex-presidente da Comissão Europeia por dois mandatos (2004-2014), Ex-primeiro Ministro de Portugal (2002-2004), ex-ministro das Relações Exteriores de Portugal (1992-1994). Dentre outras funções e cargos públicos e privados, foi professor universitário e membro da Goldman Sachs International. Mais recentemente foi nomeado Presidente do Conselho da GAVI Alliance (Aliança Global de Vacinas), tendo assumido em 1º de janeiro de 2021. Representou relevante papel no cenário das relações entre Brasil e União Europeia durante sua passagem pela Comissão da União Europeia (2004-2014), enquanto o Acordo Mercosul-UE estava paralisado. Entre 2007 e 2013 houve um intenso diálogo entre Brasil-UE com sete Cúpulas, quando foi estabelecido um Plano de Ação Conjunta (2012-2014).

A reorientação da Política Europeia

A Europa é mais do que a União Europeia (UE), incluindo-se agora o Reino Unido como um membro externo à União, além de outros países que não se integraram, mas que afetam economicamente e geopoliticamente a estabilidade e inserção internacional da Europa em um mundo pós-pandêmico, pós-Brexit e pós-Trump. No contexto regional, no entanto, a força da governança e o impacto das consequências das políticas da UE ganham preponderância e condicionam orientações a respeito de cenários e análises sobre a Europa hoje.

Ao mesmo tempo em que é necessário focar nas agendas da política comunitária, assim como nas prioridades e perspectivas da Comissão e da Presidência do Conselho da UE, é preciso ampliar o olhar para aspectos regionais e globais que envolvem novos enquadramentos da política externa e acordos domésticos e internacionais que impactam na recuperação econômica dos países europeus. O Plano de Recuperação econômica da UE (*Next Generation EU*), aprovado em julho de 2020, buscou manter compromissos referentes às prioridades assumidas sobre uma transição digital e verde em meio à crise sanitária global. As regras impostas aos investimentos nacionais para a recuperação econômica levaram à inclusão definitiva das agendas europeias nas metas de política doméstica em países membros da União.

O Núcleo Europa do CEBRI teve seu relançamento no segundo semestre de 2020. Foi priorizada a ampliação da discussão sobre o momento decisivo de mudança da Presidência do Conselho da UE, que virá a orquestrar a implantação do plano de recuperação econômica, o processo de ratificação do Acordo Mercosul-UE, os avanços na agenda de aproximação com a Ásia e a agenda social, além do enfrentamento da imunização contra a Covid-19. Espera-se um cenário próximo, ainda em 2021, de um mundo pós-pandêmico em que se compreende um protagonismo da geopolítica em meio à mudança dos métodos e instrumentos de comunicação, de novas formas de governança e negociação, busca por confiança, segurança social e econômica, além da expectativa de retomada da normalidade dos mercados e da política. Nesse contexto, as agendas verde e digital europeias,

que são anteriores à pandemia, não perderam preponderância; na verdade, foram aumentadas metas de alcance de uma economia verde e dada maior visibilidade à relevância da potência regulatória europeia, dentro e fora da região.

Para compor as reflexões sobre cenários da política europeia atual e futura, convidamos o **Embaixador Rui Vinhas**, Diretor-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que participou do evento online de lançamento do Núcleo Europa do CEBRI, no atual formato, para um debate sobre as perspectivas e desafios da nova presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.¹ Em seguida, foi realizado o segundo evento do trimestre com a presença de **José Manuel Barroso**, ex-Primeiro Ministro de Portugal, ex-presidente da Comissão Europeia por uma década, ex-ministro das Relações Exteriores de Portugal e atual Presidente do Conselho da GAVI Alliance (Aliança Global de Vacinas) para uma reflexão mais ampla a respeito da geopolítica de uma Europa pós-pandêmica, e uma discussão sobre cenários de retomada econômica e social na região.²

O Conselho da União Europeia é o órgão executivo intergovernamental responsável pela adoção da legislação europeia e coordenação de políticas da União. Desde 2009, sua presidência rotativa passou a ser formada por um grupo de três países (o “trio”) que cooperam no estabelecimento de uma agenda comum para ser realizada em 18 meses. Cada um dos países detalha seu programa próprio de presidência para o semestre, segundo a agenda conjunta e as circunstâncias políticas globais e regionais do período. O atual “trio” de presidências começou em 1º de julho de 2020, com a Alemanha assumindo a gestão da crise pandêmica e o acordo de recuperação. Desde 1º de janeiro de 2021, a presidência do Conselho encontra-se sob a alçada de Portugal e a partir do segundo semestre de 2021 fica fechado o ciclo da atual coordenação de presidências.

O primeiro semestre de 2021, marcado pela quarta presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, enfrenta a readaptação da União à primeira saída de um Estado-membro, o Reino Unido, um membro com relevância geopolítica e econômica. Assim, como na última presidência do Conselho sob a responsabilidade de Portugal, assumida em 2007, esta será uma gestão em tempos de reformas e mudanças políticas primordiais em uma UE pós-Brexit, além de representar um momento crucial para a execução da transição verde e digital em meio a uma crise sanitária e econômica global.

1. Evento “O Futuro da União Europeia: presidência portuguesa e relações Brasil-EU”, realizado em 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cebri.org/evento/o-futuro-da-uniao-europeia-presidencia-portuguesa-e-relacoes-brasil-ue>.

2. Evento “Europe in a post-pandemic world: geopolitical, economic and social scenarios”, realizado em 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.cebri.org/evento/europe-in-a-post-pandemic-world-geopolitical-economic-and-social-scenarios>.

É importante destacar que o último tratado reformador da UE, o Tratado de Lisboa, de 2009, foi negociado sob a presidência portuguesa anterior (2004-2014). Período em que José Manuel Durão Barroso era presidente da Comissão da União Europeia e, portanto, estava à frente das negociações sobre as reformas da ocasião.

O Tratado de Lisboa incorporou reformas institucionais fundamentais que orientaram a governança europeia por mais de uma década. O Tratado seguiu-se à falência da tentativa de aprovação de um novo Tratado de Roma, na ocasião do início da década dos anos 2000, apelidado de Tratado Constitucional. Este falhou na sua aprovação popular, tendo deixado ao Tratado de Lisboa as reformas institucionais necessárias na região no período pós-alargamento para os países do Leste europeu,³ entrando em vigor em 1º de janeiro de 2009. Desde então, testemunhamos o retorno de Portugal ao protagonismo na UE, assumindo a presidência do Conselho da União em um novo momento de transformação de dinâmicas fundamentais da governança europeia.

A presidência atual enfrentará novos métodos de articulação política, ao menos inicialmente mediada pela tecnologia, além de adaptações a novas dinâmicas de articulação e negociação na execução do plano de recuperação aprovado pela UE em 21 de julho de 2020. Sob a presidência portuguesa ocorrem a implementação da negociação do acordo de saída do Reino Unido e a imunização contra a Covid-19.

Como foi destacado pelo Embaixador Rui Vinhas, a UE é um projeto de democracia, construído para que o desenvolvimento econômico e social da região pudesse prosperar em tempos de paz. Especialmente após o fim da Guerra Fria, houve um período de relevante concentração de riquezas, bem como confiança e otimismo sobre a integração regional.

As décadas de 2000-2010, no entanto, são marcadas pela crise financeira internacional que alcança a região, causando crises soberanas no Sul da Europa e uma forte onda migratória, que teve seu ápice em 2015. Essa instabilidade social e econômica levou ao aumento da xenofobia e fortalecimento de uma onda de populismo e radicalismo de direita nos Estados-membros da UE. Mesmo após uma recuperação econômica, houve ainda o crescimento de visões eurocéticas, novas cisões internas entre Leste e Oeste na UE, e uma crise de valores democráticos e ameaças à *rule of law* na região. Antes ainda que se pudesse resolver os desafios postos ao longo das últimas décadas, a crise sanitária tomou o cenário político, econômico e social mundial no ano de 2020.

3. Apenas no ano de 2004 a União Europeia incorporou dez novos membros, especialmente acolhendo muitos países da antiga União Soviética (Chipre, República Tcheca, Hungria, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Lituânia, Letônia e Malta). Em 2007 ingressaram Bulgária e Romênia e, por fim, a Croácia ingressou em 2013, este último após o Tratado de Lisboa. Ou seja, o que é chamado "alargamento para o Leste" implica a incorporação de 13 dos atuais 27 países que compõem a UE.

Para uma reflexão sobre as perspectivas de uma nova geopolítica e análise de cenários em uma realidade pós-pandemia, esperada a partir de 2021, o diálogo com José Manuel Barroso trouxe visões sobre rearranjos internos e externos de projeção de poder da Europa e em especial da UE. A recondução das relações externas da UE com seus vizinhos, parceiros e competidores, e o reforço da imagem da UE enquanto potência regulatória e comprometida com a preservação do meio ambiente, marcam cenários futuros da política europeia. Além de uma perspectiva positiva em relação à performance institucional e política dos líderes europeus nas negociações do plano de recuperação econômica em 2020, Barroso reforçou a capacidade de superação de crises e reformulação de regras e instituições da UE.

Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia

Em primeiro de janeiro de 2021, Portugal assumiu a presidência rotativa do Conselho da União Europeia para o primeiro semestre do ano. O *slogan* da presidência portuguesa busca simplificar seus principais desafios: “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”⁴.

O *slogan* está em consonância com as metas europeias assumidas anteriormente à pandemia que sobreviveram, apesar da crise sanitária. No entanto, o sucesso da implementação do plano de recuperação aprovado depende de condições políticas e cenários que se acenam a partir dos primeiros meses do ano de 2021. Cabe à atual presidência do Conselho da União ações que orientarão a implementação do plano de recuperação econômica na região, ao mesmo tempo em que se espera uma aceleração da vacinação contra a Covid-19, com expectativas de se superar a crise sanitária até o final do ano de 2021.

A opinião pública europeia tem revelado seu compromisso com a agenda verde desde as últimas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2019 e as eleições nacionais ocorridas em 2019 e 2020, em que partidos verdes ganharam maior apoio na Europa. Este cenário tem levado governos nacionais e instituições da União ao aumento de compromissos e cobranças de responsabilidade ambiental dentro e fora da UE. Nessa linha, vimos que as metas de superação da condição de pandemia se atrelaram aos investimentos e ao plano de recuperação do pacote europeu.

Em um Conselho Europeu extraordinário, entre os dias 17 e 21 de julho de 2020, a UE aprovou um orçamento plurianual de 7 anos, com a negociação sobre o orçamento regular de 1,1 bilhão de euros, que envolvem as contribuições e recursos diretos de costume para o funcionamento da máquina econômica europeia: destinados aos setores agrícola, Erasmus+, gestão de fronteiras e imigração, etc. Além deste valor, foram aprovados ainda 750 bilhões de euros, que representam o pacote de recuperação *Next Generation EU*, dos quais 360 bilhões são empréstimos e 390 bilhões são destinados à transferência direta, subsídios que acarretam dívida

4. “Time to deliver: a fair, green and digital recovery” <https://www.2021portugal.eu/en/programme/programme-for-the-portuguese-presidency-of-the-council-of-the-european-union/>

comum para os Estados-membros da UE. Mudando-se trajetórias anteriores, pela primeira vez são emitidos títulos comuns de dívida para toda a comunidade e arrecadação de taxas europeias diretas, uma resposta fiscal sem precedentes. Em resumo, não apenas foi aprovada uma “comunitarização” de dívida, como passaram a existir formas de tributação direta europeia. Vimos um aumento da autonomia orçamentária da UE com a aprovação de novas fontes diretas de recursos, sem repasse através dos Estados-membros. Além disso, os investimentos e uso dos recursos do pacote de recuperação estão atrelados a uma recuperação econômica orientada para a transição verde e digital.

Como mencionou o Embaixador Rui Vinhas, reforçado por José Manuel Barroso, trata-se de mecanismos inovadores que encaminham a política europeia para uma política fiscal e orçamental comuns. Passos de integração dados em tempos de crise.



Entre um pessimismo da razão, mas um otimismo da vontade, ao mesmo tempo em que a Europa enfrenta todas essas crises, avança no sentido otimista, no sentido político, no sentido de mais integração, o que portanto nos dá também mais confiança no projeto Europeu.”

Embaixador Rui Vinhas,

Diretor-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Em tempos da presidência portuguesa, a dimensão social também aparece como uma das prioridades, estando prevista a realização, entre os dias 7 e 8 de maio, no Porto, de uma Cúpula Social, seguida por uma Cúpula UE-Índia, se a situação sanitária assim permitir. A Cúpula Social tem como objetivo o comprometimento dos líderes europeus com o desenvolvimento de metas de direitos e políticas sociais. Por sua vez, o encontro dos líderes da UE com o Primeiro Ministro indiano será um evento que visa reforçar a relevância das relações da UE com a região Indo-Pacífica como um todo - com a qual a UE possui laços comerciais e interesses estratégicos em diversos setores. De acordo com dados do Eurostat, a Índia é o 10º parceiro comercial da União, mas considerando-se interesses setoriais-chave e condições geopolíticas, a Índia possui importância estratégica para toda a Europa.

| Principais parceiros Comerciais da UE |
|---------------------------------------|
| China |
| Estados Unidos |
| Reino Unido |
| Suíça |
| Rússia |
| Turquia |
| Japão |
| Noruega |
| Coréia do Sul |
| Índia |

Naturalmente, as agendas de transição verde e digital são prioridades permanentes e, portanto, não surgiram com a nova Comissão, nem são agendas da atual presidência do Conselho. O consenso entre os países europeus, para além da UE, é o de que a redução de emissão de gases de efeito estufa é fundamental para o planeta. A agenda do *Green Deal* da UE foi lançada em dezembro de 2019 pela Comissão de Jean-Claude Juncker e reforçada pela atual.

Fonte: Eurostat (2020)⁵

5. https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/december/tradoc_151969.pdf

A geopolítica e desafios econômicos e sociais da Europa

Conforme destacado pelo Embaixador Rui Vinhas e também por José Manuel Barroso, a União Europeia sairá da crise sanitária com soluções fiscais e orçamentárias inovadoras. De fato, a criação de taxação direta europeia gera recursos independentes dos Estados-membros, tais como a taxa digital, a taxa de carbono e a taxa sobre plástico, a última já anteriormente aprovada.

Trata-se de novas fontes de recursos que retratam um avanço real na direção de uma maior união nos campos orçamentário e fiscal. Por essa razão, José Manuel Barroso menciona uma resiliência maior e um fortalecimento da União a partir de uma comparação entre a crise do euro e as dificuldades de se encontrar uma saída não ortodoxa, quando a ortodoxia não apresentava soluções para as fraturas expostas pela crise monetária que atingiu mais fortemente a UE a partir do fim de 2008. A saída naquela ocasião também se deu de forma não convencional, com reformas inovadoras. Porém, no caso da crise do euro, foram precisos quatro anos para sua implementação, que se deu apenas a partir de 2012. No caso da crise sanitária iniciada em 2020, em quatro semanas a Comissão Europeia alcançou uma solução acordada entre os Estados-membros - aprovada em uma reunião que durou quatro dias. Em ambas as situações, afinal, podemos identificar crises culminando em avanços da integração, na linha das reflexões de José Manuel Barroso.

É relevante destacar que a resposta fiscal não desvirtuou a UE de suas metas assumidas anteriormente à pandemia. Na verdade, reforçou agendas da União estabelecidas pela Comissão de Jean Claude-Juncker, que agora é conduzida por Ursula Von der Leyen. Von der Leyen foi a negociadora do pacote de recuperação econômica *Next Generation EU*, fortemente apoiada pelo presidente francês Emmanuel Macron e por Angela Merkel, Chanceler alemã que se despede do cenário político e presidia o Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2020. Diferentemente das suspeitas sobre o risco de retrocessos no *Green Deal*, além do pacote de recuperação ter sido aprovado, a Comissão não apenas o atrelou ao compromisso da transição verde e digital, como aumentou a meta. Assim, o objetivo de redução na emissão dos gases de efeito estufa passou de 50% para 55% até 2030, mantendo a meta de neutralidade da economia na UE até 2050.

José Manuel Barroso destacou a complexidade da face política da UE, que depende da compreensão do caráter particular de seu sistema institucional. A UE não é um modelo comparável de União de Estados (como é o caso do Reino Unido), nem uma organização internacional ou um bloco econômico simplesmente. Além disso, como Barroso destaca, seu modelo jurídico e legal também não é comparável aos modelos típicos do direito internacional público, que se sustentam por acordos intergovernamentais. A UE criou um novo sistema jurídico e político de complexa compreensão, em que há um caráter híbrido, com a interação de instituições intergovernamentais com instituições supranacionais. Assim, torna-se muitas vezes mal compreendida a ideia de uma construção contínua do modelo europeu. Reformas e mudanças de projeto fizeram parte dessa construção, o que levou a um aumento de poder de suas instituições, muitas vezes não antecipado.

José Manuel Barroso coloca foco nos passos de construção do modelo europeu de integração, reforçando como sua construção se faz por passos maiores e menores, e que o momento atual significa um grande avanço na direção da União. Nesse sentido, a resposta atual à crise da pandemia demonstrou ainda mais força e mais resiliência do que na ocasião da crise do euro. Assim, para Barroso, desde a crise de 2008, que gerou o Plano de Recuperação e os mecanismos institucionais criados em função das crises soberanas ocorridas, pode-se deduzir que houve uma aprendizagem quanto ao gerenciamento de crises na União.



This time it is possible for the EU to have a stronger response. Just to give an example, it took four years for the European Central Bank to announce the famous “Whatever It Takes” Policy by Mario Draghi⁶ in 2012. Not because they were not ready, but because they felt there was not sufficient support from the governments, and also there was not sufficient institutional preparedness to face the crisis of the euro. Four years. And now it took less than four weeks for the European Central Bank to announce no limits policy. So that they can not only increase the famous monetary bazooka, but also, they can use other instruments if necessary - unconventional measures of monetary policy that were considered completely unorthodox and forbidden by some countries back in 2008. Like, for instance, debt neutralization.”

José Manuel Durão Barroso, presidente da GAVI Alliance

6. O Plano de Recuperação.

Um olhar para o equilíbrio interno de poder na UE leva José Manuel Barroso a destacar que a saída do Reino Unido traz um protagonismo para a França no seio da região. Além de passar a ser o único Estado-membro da UE com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o país tem uma condição geopolítica privilegiada. A França é vista ao mesmo tempo como um país do Norte e do Sul da Europa.

Pode-se acrescentar a esse ponto outros ganhos estratégicos da França, após a decisão do Reino Unido sobre a saída da UE. Ainda durante o período de transição, quando as negociações sobre os termos do Acordo do Brexit ainda não avançavam, agências e instituições da UE de relevância estratégica que se localizavam em Londres foram transferidas para o continente. Duas agências relevantes na região tiveram seu destino em Paris. Em disputa acirrada com Viena e Frankfurt, com três *rounds* de votação até alcançar-se um consenso do Conselho, Macron saiu vitorioso para abrigar a agência responsável pela Regulação e Supervisão do Setor Bancário - o EBA (*European Banking Authority*). Paris passou também a abrigar a agência responsável pela legislação e regulação de valores mobiliários para o mercado financeiro - o ESMA (*European Securities and Market Authority*).

No campo da defesa, José Manuel Barroso apontou avanços recentes e defendeu a importância de investimentos em segurança e defesa. Barroso frisou que, diante de uma Rússia mais agressiva, uma China mais assertiva e uma instabilidade na democracia norte-americana, mesmo com a saída de Trump, a UE estaria geopoliticamente condicionada a encontrar vias de fortalecimento nos campos de segurança e defesa. Segundo Barroso, estaria em construção uma identidade europeia de segurança e defesa diante de crises internas e externas.

Desde 2016, uma estratégia global da UE foi lançada por Federica Mogherini, na ocasião Alta Representante da União para a Política Externa e de Segurança, a mais importante pasta da Comissão da UE. Mogherini lançou uma nova abordagem para o tratamento da estratégia de segurança interna e externa da UE, com uma nova Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Uma série de medidas de investimento e institucionais resultaram em iniciativas ambiciosas e inovações, tais como a criação do Fundo Europeu de Defesa (FED)⁷. Diversos desenvolvimentos institucionais prepararam o terreno para um FED ambicioso ao abrigo do orçamento da UE para o período de 2021 a 2027, tendo conseguido garantir 13,2 bilhões de euros para a área de defesa, apesar da crise sanitária da Covid-19⁸. O discurso persistente a respeito da necessidade de se construir uma UE “mais soberana” nos últimos anos tem sido proferido especialmente por Emanuel Macron.

7. <https://carnegieeurope.eu/2020/06/11/eu-security-and-defense-challenges-toward-european-defense-winter-pub-82032>

8. <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/12/17/multiannual-financial-framework-for-2021-2027-adopted/>

Nesse contexto, mais uma vez a coordenação entre França e Alemanha tem sido o foco de empenho do presidente francês, ao defender maior liberdade de ação da Europa, bem como uma maior autonomia em relação à OTAN⁹. Mas esta, como Macron anuncia, seria uma “próxima etapa” de fortalecimento da UE.

9. Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar transatlântica (1949) em que os EUA exercem uma preponderância no campo da segurança e defesa.

Cenários para o futuro da UE

Nos últimos dias da presidência alemã do Conselho da União Europeia, em 30 de dezembro de 2020, sob a gestão de Angela Merkel, foi firmado o Acordo Abrangente de investimentos entre UE e China, seu primeiro parceiro comercial. Embora inesperado naquele momento, trata-se de um acordo construído por alguns anos e que confirmou a orientação destacada pelo Embaixador Rui Vinhas, no evento de outubro de 2020, a respeito da prioridade do Conselho em fortalecer as relações com os parceiros asiáticos. Desde 2017, a UE lançou sua estratégia para interligar a Europa à Ásia e, neste contexto, além do histórico de negociações que levaram ao acordo com a China, está prevista uma Cúpula UE-Índia em maio de 2021, na cidade do Porto.

Em 24 de janeiro de 2021, ocorreram em Portugal eleições para a chefia do Executivo, ocasião em que o presidente Marcelo Rebelo de Sousa foi reeleito com ampla maioria. Portugal não escapou, no entanto, de testemunhar uma ameaça do populismo e de uma nova extrema direita que cresce no país, assim como no seu entorno. Nas eleições para a Presidência, o partido de extrema direita Chega! alcançou o terceiro lugar na preferência dos eleitores, muito próximo à candidata do Partido Socialista, Ana Gomes, que ficou em segundo lugar nas urnas.

Como cenário dos desafios da presidência de Portugal do Conselho da UE, assumida pelo Primeiro-Ministro António Costa, encontra-se a implementação de medidas de recuperação socioeconômica na região, que alcança números e regras de utilização e investimentos sem precedentes. Neste contexto, a agenda social, reforçada no plano da presidência portuguesa para o Conselho, enfrenta realidades que começam a transparecer em números.

O Eurostat publicou, em 15 de janeiro de 2021, informações estatísticas em suporte à transição da presidência do Conselho da UE que retratam as condições de impacto da crise da pandemia da Covid-19 no emprego e negócios na região. Alguns dos resultados socioeconômicos revelam percalços a serem enfrentados pela nova presidência, tais como o aumento da desigualdade de salários no mercado de trabalho europeu, por gênero, por idade e por qualificação. Perderam as mulheres, os

jovens e aqueles trabalhadores menos qualificados¹⁰, com menos especialização e nível de escolaridade. Por outro lado, aumentaram em cerca de 5% os empregos para trabalhadores mais qualificados na UE, segundo o Eurostat, na comparação do terceiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, antes da pandemia.¹¹

Para além da prioridade da presidência de António Costa, qual seja, a da recuperação econômica e social da UE, destacamos ainda que caberá à gestão portuguesa tornar realidade a implementação da nova Política de Imigração e Asilo da UE, aprovada pela Comissão em setembro de 2020, e iniciar as relações entre a UE e o Reino Unido no cenário pós-Brexit, que teve seu acordo fechado no Natal de 2020.

Como mencionado tanto pelo Embaixador Rui Vinhas quanto por José Manuel Barroso, o mundo está em turbulência e os arredores da Europa não estão diferentes. Além da ordem liberal e equilíbrio geopolítico estarem sob ameaça, a vizinhança europeia apresenta crises iminentes e concretas, seja na África e no Mediterrâneo Oriental, seja no continente, ao Leste da União. Nesse contexto, valores da integração europeia vêm sendo testados. A Rússia se mostra mais agressiva na sua política externa e o processo eleitoral presidencial conturbado nos EUA, bem como os acontecimentos violentos que levaram à invasão da Casa Branca em 6 de janeiro de 2021, evidenciam uma instabilidade política e uma polarização na sociedade, apesar da vitória de Joe Biden. Valendo destacar que Trump perdeu as eleições de 2020, mas obteve mais votos do que os necessários para ser eleito em 2016.

Assim, dentre os pilares da União, vimos a busca de um desenvolvimento social e econômico baseado em princípios de uma democracia liberal, livre comércio, valores humanos e respeito à *rule of law*. A fase atual dos objetivos e desafios da UE inclui uma nova perspectiva de reconstrução de meios e estratégias de enfrentamento de um cenário ainda de crise sanitária, ao mesmo tempo em que pretende superar divisões no mundo externo às suas fronteiras, mas também internamente. Eurocéticos e frugais têm sido resistentes ao compartilhamento dos problemas comuns à região e ao cumprimento da enaltecida solidariedade entre os membros da UE.

10. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Employment_-_quarterly_statistics

11. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Employment_in_detail_-_quarterly_statistics

Mercosul-UE e América Latina-UE

Parcerias externas também se mostram na mira da realocação da União na sua condição de ator relevante para o multilateralismo. A eleição de Joe Biden nos EUA e as perspectivas de uma retomada da parceria transatlântica poderiam ser mais uma oportunidade também para a América Latina e, em especial, para o Brasil - neste caso, a depender mais da política externa brasileira do que das oportunidades e cenários externos esperados a médio prazo.

O Embaixador Rui Vinhas destacou a relevante condição da UE como parceiro comercial da América Latina, bem como do Brasil - figurando entre os primeiros lugares. Mas há uma paralisação de relações entre as regiões. Foi durante a passagem de José Manuel Barroso pela Comissão da União (2004-2014) que se realizou, entre 2007 e 2013, o período de mais intenso diálogo entre o Brasil e a UE, com a realização de sete cúpulas e o estabelecimento de um Plano de Ação Conjunta (2012-2014). Desde então, entretanto, não mais se formalizaram as cúpulas e o acordo entre Mercosul e UE só viu avanços concretos duas décadas depois, com sua conclusão em 2019.

É importante destacar que, apesar da assinatura do Acordo Mercosul-UE, têm sido frequentes críticas internacionais e europeias sobre o efetivo comprometimento do atual governo brasileiro quanto a metas e responsabilidades ambientais acordadas. Outro recuo brasileiro sobre formas de relacionamento entre a região da América Latina e a UE foi destacado pelo Embaixador Rui Vinhas, com a formalização da saída do Brasil da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC) em janeiro de 2020, organismo regional com fortes relações com a UE. O Embaixador Rui Vinhas apontou assim o fato de que o Brasil, apesar de ter realizado uma aproximação com a União no passado, não vem demonstrando recentemente o mesmo engajamento sobre as relações com a UE. Isso não implica, entretanto, uma impossibilidade de aproximação e cooperação em outros campos ou através de outros atores, como na área da educação, que tem sido uma realidade, ou ainda no campo digital.

Em que pese a assinatura do Acordo Mercosul-UE em 2019, tem-se observado um arrefecimento no diálogo bilateral, notadamente por conta da postura adotada pela UE no atual momento. No mês de outubro de 2020, vale destacar que o Parlamento Europeu se posicionou formalmente no sentido de que o Acordo Mercosul-UE não será ratificado “tal como se encontra”, fazendo referência à temática do meio ambiente. Trata-se de uma advertência do Parlamento quanto às medidas e formas de controle sobre a política ambiental, em especial relacionadas à Amazônia. Desde então, nos primeiros meses de 2021, o governo brasileiro de um lado, e a Presidência portuguesa do Conselho e a Comissão Europeia, de outro lado, deram sinais de engajamento em negociações que podem ajudar a ratificação do Acordo do Mercosul com a UE.

Relações entre Brasil-UE

Apesar dos tempos turbulentos, tudo indica que a UE segue com o intuito de “olhar para fora”, reforçando e diversificando suas parcerias. Nesse sentido, o Brasil pode exercer um papel de relevância, em função de sua geoeconomia e geopolítica, seja como país individualmente, seja como membro do Mercosul. Contudo, sob qualquer circunstância, seria razoável e recomendável uma recondução da política externa brasileira.

O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas quase sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira. Com a assinatura de uma Parceria Estratégica¹², em 2007, as relações Brasil-UE atingiram novo patamar. Esta parceria contribuiu para que o Brasil e a UE aprofundassem afinidades e interesses em diversos setores de cooperação. Mas o relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes dos países e blocos envolvidos. Sem a existência de diálogos sistemáticos e cúpulas para a ampliação das conversações e busca de diversificação de interações, a cooperação não se aprofunda. Apesar da forte aproximação verificada entre o Brasil e a UE em tempos de paralisação do Acordo Mercosul-UE, estas relações se reduziram a setores específicos de cooperação.

O Embaixador Rui Vinhas salientou que a busca da autonomia digital europeia passa também pela cooperação com o Brasil, com a inauguração, prevista para junho de 2021, de cabos submarinos transatlânticos da EllaLink¹³. Estes cabos ligam Fortaleza (Ceará, Brasil) a Sines, em Portugal, criando assim uma conexão segura e de alta capacidade que liga os principais *hubs* terrestres e submarinos na Europa e na América Latina. Este evento reforça o simbolismo de Portugal como tradicio-

12. As Parcerias Estratégicas são um modo da UE promover a cooperação internacional bilateral com países terceiros. À data de hoje, a UE possui 10 parceiros estratégicos, a saber: Estados Unidos da América, Canadá, México, Brasil, África do Sul, Rússia, China, Japão, Índia e Coreia do Sul.

13. Projeto que vai ligar a Europa à América Latina. <https://ella.link/2021/01/06/ellalinks-transatlantic-submarine-cable-has-already-anchored-in-portugal/>

nal elo de ligação com a América Latina em geral e com o Brasil em particular.

Os possíveis canais de cooperação do Brasil com a UE são muitos: multilateral, regional, bilateral, setorial. Na ausência de uma maior participação da esfera governamental, o engajamento mais efetivo da sociedade civil através de associações de classe e entidades de representação setorial, pode funcionar como meio de aproximação com as suas congêneres europeias, visando não só uma cooperação mais eficaz como a criação de mecanismos de pressão sobre os respectivos governos. Em outras palavras, enquanto ações assertivas da política externa brasileira não conduzem à cooperação esperada pela sociedade civil, compartilhamento de valores e articulação de interesses podem encontrar alternativas subnacionais e setoriais. Assim, classes empresariais podem ter uma participação mais objetiva na implementação de uma política comercial assertiva, cooperar com agências não governamentais e reforçar vias de ação complementares e alternativas em tempos de omissão governamental.

Adicionalmente, o reforço de vias de coordenação política e construção de oportunidades de ação entre instituições ou entre instituições e governos estrangeiros pode ser uma saída alternativa para potenciais aproximações entre atores da sociedade civil e empresariado nacional e órgãos de representação e negociação da UE. Por fim, ter em mente as principais agendas da União potencializam as possibilidades de cooperação transatlântica em setores de sinergia com o Brasil.



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Conselho Curador

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Gelson Fonseca Junior

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Paulo Hartung

Renato Galvão Flôres Junior

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Consultivo Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

André Corrêa do Lago

Andrew Hurrell

Antonio Patriota

Flávio Damico

Jackson Schneider

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

Associados

Instituições

Abiquim
Aegea
Aeróleo Táxi Aéreo
BAMIN
Banco Bocom BBM
BASF
BMA Advogados
BDMG
BNDES
BRF
Brookfield Brasil
Bunker One
Captalys Investimentos
CCCC/Concremat
Comerc Energia
Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro
CTG Brasil
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
Dynamo
EDP
Eletrobras
Embaixada da China no Brasil
ENEVA
ENGIE Brasil
Equinor
ExxonMobil
FCC S.A.
Grupo Lorentzen
Grupo Ultra
Huawei
IBÁ
IBRAM
Icatu Seguros
InvestHK
Ipanema Investimentos
Itaú Unibanco
JETRO
Klabin
Lazard
Light
Mattos Filho Advogados
Museu do Amanhã
Michelin
Neoenergia
Oktri Empreendimentos
Paper Excellence
Petrobras
Pinheiro Neto Advogados
Prumo Logística
Repsol Sinopec
Sanofi
Santander
Shell
Siemens Energy
Souza Cruz
SPIC Brasil
State Grid
Tecnoil
Total E&P do Brasil
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Senior Fellows

Adriano Proença
Ana Célia Castro
Ana Paula Tostes
André Soares
Benoni Belli
Carlos Milani
Clarissa Lins
Daniela Lerda
Denise Nogueira Gregory
Diego Bonomo
Evangelina Seiler
Fabrizio Sardelli Panzini
Fernanda Guardado
Fernanda Magnotta
Hussein Kalout
Izabella Teixeira
Larissa Wachholz
Leandro Rothmuller
Lia Valls Pereira
Mário Ripper
Matias Spektor
Miguel Correa do Lago
Monica Herz
Patrícia Campos Mello
Paulo Sergio Melo de Carvalho
Pedro da Motta Veiga
Philip Yang
Ricardo Sennes
Rogerio Studart
Sandra Rios
Tatiana Rosito
Vera Thorstensen
Victor do Prado

Equipe CEBRI

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Diretora Relações Institucionais
e Comunicação
Carla Duarte

Diretora de Projetos
Luciana Gama Muniz

Projetos

Gerentes de Projetos
Lara Azevedo
Eduardo Freitas Alvim

Coordenadores de Projetos
Marianna Albuquerque
Hugo Bras Martins da Costa

Estagiários
Gustavo Berlie
Larissa Vejarano

Relacionamento Institucional e Eventos

Gerente de Relações
Institucionais e Eventos
Barbara Brant

Analista
Caio Vidal

Coordenadora de Eventos
Nana Villa Verde

Coordenadora de Parcerias
Cintia Hoskinson

Estagiário
Lucas Bilheiro

Comunicação

Coordenadora de
Comunicação Institucional
Renata Fraga

Analista
Gabriella Cavalcanti

Estagiária
Luiza Frajblat

Estagiária Voluntária
Paula Reisdorf

Administrativo e Financeiro

Coordenadora
Administrativa-Financeira
Fernanda Sancier

Analista
Kelly C. Lima



ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400
cebri@cebri.org.br



www.cebri.org